

***BOLETIM GLOBAL DO
CENTRO DE ESTUDOS EM
POLÍTICA GLOBAL DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA***

Boletim Global nº 5	
Introdução	3
Diplomacia Presidencial em um Mundo Multiplex: o Encontro Lula-Trump - Júlia Persegona e Letícia Reino	5
Seleção do décimo secretário-geral da ONU - Thaís Alcântra e Victor Luiz Diniz	15
Acordo MERCOSUL-União Europeia: uma análise geopolítica - Natália Seifert Grala	36
Conclusões	45

Boletim Global nº5

Introdução

Os textos desta edição do Boletim Global foram elaborados a partir de uma provocação teórica comum. Como lente analítica para compreender os acontecimentos internacionais recentes, utilizamos o artigo "Multipolar or Multiplex? Interaction Capacity, Global Cooperation and World Order", de Amitav Acharya, Antoni Esteveordal e Louis Goodman. Em vez de interpretar a política internacional exclusivamente pela distribuição de poder entre grandes potências, os autores propõem observar a capacidade de interação e cooperação entre Estados, organizações internacionais, atores subnacionais e outros agentes que influenciam a governança global. Nessa perspectiva, o mundo contemporâneo seria melhor compreendido como uma ordem multiplex, caracterizada pela pluralidade de atores, agendas, formas de liderança e espaços de cooperação.

A escolha dessa abordagem não é casual. Em um contexto marcado pela persistência das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, pelas disputas comerciais e tecnológicas entre Estados Unidos e China, pelas transformações do multilateralismo e pela crescente relevância de coalizões regionais e temáticas, torna-se cada vez mais difícil explicar a dinâmica internacional apenas pela lógica da competição entre grandes potências. O mundo segue profundamente interdependente, mas essa interdependência se manifesta por meio de redes mais complexas, descentralizadas e diversificadas de interação.

Foi a partir dessa lente que os estudantes analisaram três temas distintos, mas conectados. O texto sobre o Acordo Mercosul-União Europeia examina como negociações econômicas também expressam disputas geopolíticas, regulatórias e ambientais. A análise sobre a seleção do décimo secretário-geral das Nações Unidas discute os desafios da liderança e da legitimidade em uma ordem internacional cada vez mais plural. Já o estudo sobre o encontro entre Lula e Trump explora a diplomacia presidencial como instrumento de construção de pontes políticas em um cenário internacional marcado pela coexistência de diferentes centros de poder.

A coincidência desta edição com a realização da Copa do Mundo de 2026 também oferece uma oportunidade de reflexão. Em teoria, poucos eventos simbolizam tanto a universalidade e a interdependência global quanto uma Copa do Mundo. Na prática, contudo, o torneio evidencia algumas das contradições da ordem contemporânea. As dificuldades enfrentadas por cidadãos de determinados países para acessar os territórios dos países-sede e os debates em torno da trajetória de incertezas e conflito com os EUA sobre a presença do Irã na competição mostram

que a circulação global continua profundamente condicionada por hierarquias políticas, econômicas e geográficas. Em um mundo multiplex, a interdependência é real, mas o acesso a seus benefícios permanece desigual.

Se o século XX foi frequentemente interpretado a partir da ascensão e do declínio de grandes potências, o século XXI talvez exija maior atenção às redes, conexões e múltiplos espaços onde a política internacional efetivamente acontece. É esse exercício que propomos aos leitores desta edição.

Boa leitura!

Carolina Cesetti e Rafael Gomes França

Júlia Persegona e Letícia Reino

1. Lula, Trump e a reconfiguração das relações internacionais

O Encontro entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos da América em maio de 2026, mostrou uma nova dinâmica no cenário internacional, onde ficou claro que a utilização de uma ótica majoritariamente multilateral para compreender as atuais formas de cooperação e liderança globais não é suficiente, uma vez que o sistema passou a incorporar uma multiplicidade de atores, instituições e redes que extrapolam a atuação exclusiva de potências.

A diplomacia presidencial, destacada com a reunião entre os chefes de Estado, pode ser interpretada justamente como uma forma mais eficaz de lidar com as mudanças no cenário internacional. Mais do que um encontro bilateral, a reunião evidenciou uma dinâmica de cooperação pautada pelo diálogo político e econômico entre os presidentes, mas que carregavam demandas de outros atores, como suas respectivas sociedades civis, empresários e entes governamentais. A diplomacia presidencial foi utilizada para defender os interesses dos países como um todo, mas também desses outros influentes atores

Numa perspectiva histórica, os profissionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil foram os principais condutores da política externa do país. Entretanto, essa tradição não exclui a atuação ativa do Presidente da República nesse setor, que inclusive é assegurada pela própria Constituição Federal, e que estabelece algumas funções de política externa privativas ao chefe do executivo, como a manutenção de boas relações com estados estrangeiros e a celebração da paz. Essas prerrogativas, de acordo com Alessandra Preto, mostram o presidente da república como um dos principais responsáveis pela política externa do país.

O processo de fortalecimento da diplomacia presidencial no cenário brasileiro se iniciou com o presidente José Sarney. Sérgio Danese (2017, p. 444) definiu esse processo como *confidence building*, onde o Brasil começou a ser visto pelo sistema internacional como uma nação antes de tudo, democrática. Já Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a introduzir a diplomacia presidencial como uma ferramenta oficial de política externa, utilizando esse mecanismo mais do que ninguém até então. Entretanto, Rubens Ricupero (2017, p. 7) ressalta que “ninguém

poderia imaginar que o presidente seguinte levaria a diplomacia presidencial a alturas ainda mais estratosféricas”.

Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente em questão, utilizou não somente mecanismos oficiais para intensificar a diplomacia presidencial no seu governo, com a criação da Assessoria Internacional da Presidência da República, como usufruiu do seu carisma e jogo de cintura natos para formar a imagem do Brasil como um país confiável no sistema internacional. Essas características se estendem até o seu governo atual, onde foram muito utilizadas para lidarem com as dificuldades impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Danese e Ricupero fizeram fortes críticas à diplomacia presidencial, desaprovando principalmente o personalismo atrelado à essa abordagem, ressaltando que ele reflete uma expressão do poder do mandatário na política externa (DANESE, 2017, p. 68). Essa prática pode comprometer a eficácia da diplomacia e neutralizar o papel do Itamaraty, que se volta ao interesse do Estado brasileiro e não de um ou outro grupo ideológico (RICUPERO, 2017, p. 10). Porém, ao analisar o argumento de Danese e o mecanismo da diplomacia de cúpula sob a ótica de um sistema multiplex de descentralização e diversificação do sistema internacional, a figura do Chefe de Estado como ator central da diplomacia pode tanto reiterar uma dinâmica de poder material, quanto ser um ator ativo no sistema, ampliando a capacidade de interação de seu país. Num mundo onde não há mais a hegemonia liberal que os EUA exerceram durante o século XX, nem uma multipolaridade estática baseada no poderio militar e econômico das potências, as nações passam a se destacar pela habilidade de lidar com um sistema de múltiplos atores, temas, governanças e interações.

Com essa lente podemos observar que o presidente da república pode ser a chave para expandir a capacidade de interação entre os atores globais, com o intuito de ampliar a cooperação ou até de reduzir possíveis atritos. Essa abordagem permite que líderes de países em desenvolvimento, por exemplo, possam negociar com mais facilidade seus termos com países desenvolvidos, não se atendo ao seu poderio militar ou ao tamanho de seu PIB, mas sim à sua capacidade de dialogar.

Diferentemente dos sistemas multipolar e bipolar, o sistema multiplex não opera sob a liderança de somente uma hegemonia global. No entanto, ao observar os recentes atritos no cenário internacional, especialmente a postura adotada pelo presidente dos Estados Unidos em relação a outros países, percebe-se a perpetuação de uma lógica de subordinação, e a permanência de uma visão hierárquica da ordem internacional na atuação de Donald Trump, na qual os EUA ainda se colocam como líderes do sistema internacional. Nesse contexto, práticas protecionistas

voltadas à defesa dos interesses nacionais estadunidenses se manifestam, por exemplo, no aumento de tarifas comerciais, dificultando o ideal de livre comércio amplamente defendido durante a consolidação da ordem multipolar. Intervenções e invasões de nações soberanas continuam sendo justificadas em nome da segurança e da proteção nacional.

Ações como o famoso “tarifaço” promovido pelos EUA refletiram em uma reação de concessões em massa. União Europeia e Japão, por exemplo, concordaram em investir bilhões de dólares cada nos EUA, além de abrirem seus mercados para determinados produtos vindos dos EUA, em troca da diminuição dessas tarifas. Outros países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, acompanharam esse movimento de concessões que beneficiariam a economia norte-americana e reforçariam a ideia tradicional dos EUA como líder global. Embora inseridas em uma ordem internacional cada vez mais plural, com diferentes atores e arranjos de cooperação, tais negociações evidenciam a permanência de relações baseadas na hierarquia do sistema internacional, já que a vontade de um suposto *hegemon* prevalece sobre o interesse particular de cada nação. As concessões feitas pela União Europeia e Japão ignoraram as necessidades internas de seus territórios pelo medo de uma possível retaliação ainda mais forte do “líder” global.

O Brasil foi um dos países mais sobretaxados do globo, chegando a um acúmulo de 50% em tarifas em julho de 2025. Entretanto, a lógica adotada pelo governo brasileiro foi um pouco diferente dos demais países. Não se fez uma grande concessão tarifária, nem se renunciou a certas ideologias do atual governo. O presidente Lula optou por uma aproximação pessoal com Donald Trump, priorizando a construção de uma relação de confiança apesar das suas diferenças. Pela ótica multiplex, a forma que Lula optou para negociar as tarifas não elimina a centralidade dos EUA da ordem internacional, mas reorganiza sua posição de liderança com base na capacidade de interação entre os países.

Lula desenvolveu planos internos de reestruturação de exportações, como a abertura de novos mercados para diversificar a pauta de exportações brasileira, com a criação do Plano Brasil Soberano. Além disso, com o objetivo de evitar o constrangimento vivido por *Volodymyr Zelensky* e *Cyril Ramaphosa*, Lula optou por abrir um canal de diálogo mais direto com o executivo norte-americano, de forma que os temas em voga na relação Brasil-EUA, como terras raras, o descontentamento de grandes empresas bancárias americanas com o sistema brasileiro do PIX, Venezuela e Irã não fossem discutidos em um primeiro momento.

O objetivo central da reunião não era, necessariamente, a assinatura imediata de acordos formais. Buscava-se, por meio da diplomacia presidencial, criar um ambiente político mais

favorável ao diálogo e à negociação, permitindo que esses temas sensíveis fossem tratados diretamente entre os líderes de Estado e que possíveis tensões fossem amenizadas. Nesse sentido, mais do que os resultados concretos anunciados ao final do encontro, a própria condução da reunião e os sinais políticos emitidos por seus participantes tornam-se elementos relevantes para compreender os impactos e os limites desse instrumento diplomático no contexto analisado.

2. Diplomacia Presidencial de Lula como mecanismo de contenção

Ainda que seja discutível a posição dos Estados Unidos como *hegemon* da atual ordem internacional, o encontro presidencial entre Lula e Trump ilustra como a dinâmica de interação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento vem se transformando nos últimos anos. Diferentemente da postura intervencionista associada ao chamado “Corolário Trump” — supervalorização do nacionalismo estadunidense, voltado ao *America First*, que passou a orientar a estratégia de política externa dos Estados Unidos após a reeleição de Donald Trump, em 2024 —, relatos dos presentes indicam que o presidente estadunidense recebeu Lula com deferência, demonstrando disposição para dialogar sobre os problemas bilaterais enfrentados por ambos os Estados, em vez de simplesmente impor diretrizes. Por sua vez, Lula manteve uma postura firme em defesa da horizontalidade nas relações diplomáticas, enfatizando sua abertura para debater qualquer tema “sem veto para discutir”, desde que as opiniões e decisões de ambas as partes fossem tratadas em condições de igualdade soberana.

Foi nessa atmosfera conciliadora que durante três horas os presidentes conversaram sobre a relação comercial entre os países, o desejo mútuo de combater o crime organizado e a exploração de terras raras. A agenda comercial foi um dos principais tópicos da reunião, ocasião em que os representantes brasileiros argumentaram que, diante do fluxo comercial historicamente favorável entre Brasil e Estados Unidos, a punição tarifária enfrentada pelo Brasil no último ano é desproporcional. O debate sobre crime organizado focalizou a necessidade de uma ação conjunta entre a Receita Federal e a contraparte estadunidense, com o objetivo de sufocar práticas criminosas na fronteira, com ações voltadas ao contrabando de armamentos e drogas sintéticas. Por sua vez, no contexto das terras raras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou a Donald Trump sobre a aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, legislação voltada à regulamentação do setor e à criação de um comitê responsável pela gestão do tema no Brasil. Ao mesmo tempo em que colocou o país à disposição para negociações envolvendo minerais críticos, Lula enfatizou que o Brasil não pretende repetir padrões históricos associados à exportação de commodities, como ocorreu no setor açucareiro.

Dessa forma, sinalizou o interesse brasileiro em superar a condição de mero exportador de matéria-prima e consolidar-se como agente estratégico no desenvolvimento internacional dessa agenda.

Ademais, a ausência de coletivas de imprensa contribuiu para um ambiente mais descontraído, permitindo que a conversa se estendesse para histórias pessoais e familiares. As trocas carismáticas surpreenderam aqueles que ainda lembram do relacionamento entre os presidentes envolto em tensões políticas e ideológicas, que marcaram suas interações anteriores. A personalidade extrovertida de Lula também chamou a atenção durante o encontro, sendo ele descrito por Trump, em publicação na “*Truth Social*”, como “muito dinâmico”.

A um primeiro olhar, a reunião pode ser considerada sem resultados práticos efetivos. Contudo, é importante ter em consideração o objetivo apaziguador do encontro. Mais do que um momento para assinar acordos e resolver todos os atritos latentes envolvendo a relação bilateral Brasil-Estados Unidos, a reunião visava “apagar faíscas” entre os presidentes e realizar um esforço conjunto de estabilização diplomática. Em um cenário global permeado por conflitos, a prevenção da escalada de tensões se apresenta como uma manobra-chave na manutenção das relações bilaterais entre Estados poderosos, mas ideologicamente contrastantes. Sendo assim, ao aceitarem um empate, os dois líderes do continente americano transmitem a mensagem de que, em determinados contextos, evitar a derrota pode ser mais valioso do que conquistar uma vitória em disputas nas quais há tanto a perder.

A postura brasileira ao exigir reconhecimento de sua capacidade de atuação soberana em assuntos nacionais e regionais rompe com padrões históricos de subordinação das antigas colônias às grandes potências, ao mesmo tempo em que reivindica um espaço de protagonismo na nova ordem mundial em formação. É justamente nesse contexto que a teoria multiplex de Amitava Acharya se mostra particularmente precisa e relevante. *Acharya* argumenta que “*in a multiplex world, influence is achieved not so much through power but through a nation’s interaction capacity*”. Nessa lógica, Estados como o Brasil, antes percebidos como extensões regionais da influência de potências mais fortes, passam a atuar com maior autonomia, sem precisar recorrer à coação econômica ou militar. Assim, em vez de apenas se conformarem às vontades dos atores hegemônicos, esses países passam a negociar interesses e articular ações de forma mais assertiva no cenário internacional.

Além disso, à luz da teoria de Barry Buzan, a capacidade de negociar e cooperar configura um dos principais indicadores de *interaction capacity*. Ao afirmar sua disposição em cooperar com

os Estados Unidos da mesma forma que com qualquer outro Estado interessado em aprofundar relações com o Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva incorpora a lógica da *variable geometry governance*, caracterizada pela interação de múltiplos atores e agendas em diferentes níveis e dimensões. Simultaneamente, demonstra a intenção do Brasil na definição das agendas e estratégias internacionais mais compatíveis com os objetivos de sua diplomacia presidencial.

Destaca-se, nesse contexto, a capacidade da diplomacia presidencial de administrar múltiplas crises simultaneamente. Como mencionado anteriormente, foram discutidos temas sensíveis à política externa brasileira e estadunidense, envolvendo comércio, combate ao crime organizado e exportação de minerais críticos. Ainda que essas agendas careçam de soluções concretas e efetivas, chama a atenção a habilidade de articular, simultaneamente, diferentes pautas estratégicas de elevada complexidade. Somados aos desafios bilaterais, a intensa instabilidade internacional — derivada, por exemplo, dos conflitos no Oriente Médio, nos quais os Estados Unidos estão direta ou indiretamente envolvidos — produz efeitos que superam a relação entre os Estados beligerantes e atingem também países não participantes dessas disputas. Durante a reunião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva verbalizou sua preocupação com o tópico, ao reafirmar a posição favorável do Brasil ao encerramento imediato dos conflitos no Oriente Médio e ao apoio a soluções negociadas para sua resolução. Nesse contexto, a diplomacia presidencial consolida-se como um importante instrumento de coordenação política e mitigação de impactos colaterais.

No entanto, há ainda temas a serem tratados. A questão do PIX não foi mencionada durante a reunião, assim como o interesse de Washington em classificar as facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas. Esses tópicos permanecem no centro das tensões bilaterais e exigem disposição de ambos os governos para cooperar, negociar e realizar concessões mútuas, a fim de alcançar soluções satisfatórias para as duas partes. Contudo, é justamente a estratégia de “dar um passo atrás”, visando evitar a deterioração dos vínculos entre o Brasil e os Estados Unidos é o que permitirá ao Brasil preservar margem de manobra diplomática para discutir essas, e outras, pautas sensíveis em um ambiente menos permeado por atritos ideológicos.

Em suma, a diplomacia presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva retoma características presentes na Política Externa Independente (PEI), sobretudo no que se refere à valorização da autonomia estratégica, diversificação de parceiros globais e pragmatismo da política externa brasileira. Segundo Rubens Ricupero, em razão da posição geopolítica do Brasil, a PEI — formulada pelo então presidente Jânio Quadros e por seu chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, em 1961 —

foi a alternativa política encontrada pelo país para atuar em defesa de seus próprios interesses, os quais, diante do contexto internacional da época, nem sempre coincidiam com aqueles dos Estados Unidos.

Reinterpretada à diplomacia de Lula e Celso Amorim, a PEI passa a simbolizar a preservação da autonomia decisória brasileira sem que isso implique o rompimento de relações com Washington, evidenciado pelo esforço investido por Lula de manter o canal para diálogos diplomáticos com os EUA sempre aberto. Sendo assim, embora não seja recente o objetivo de impulsionar o desenvolvimento nacional e ampliar o escoamento de produtos brasileiros para o maior número possível de parceiros, é evidente a necessidade estratégica de incluir grandes potências nesse processo, com destaque para o poderoso vizinho do Norte.

Por fim, a aproximação entre os presidentes revela-se relevante para ambos, especialmente por 2026 ser um ano eleitoral: no segundo semestre, ocorrerão as eleições presidenciais no Brasil e as eleições de meio de mandato nos Estados Unidos. Nesse contexto, impulsionados por interesses próprios e pela necessidade comum de elevar os índices de aprovação de seus governos, o encontro entre Lula e Trump ilustra as possibilidades de diálogo e cooperação diplomática em um sistema internacional cada vez mais fragmentado e fragilizado. Ao se despedirem, os chefes de Estado mantiveram o clima cordial, marcado por promessas e sinalizações de cooperação em temas-chave, cujo potencial de conversão em resultados diplomáticos concretos somente o futuro poderá demonstrar.

3. Considerações Finais

Embora o cenário global apresente características cada vez mais próximas da lógica multiplex, marcada pela multiplicidade de atores, agendas e formas de governo, o comportamento mais recente do presidente norte-americano demonstra que estruturas hierárquicas tradicionais continuam exercendo influência significativa sobre as relações internacionais. As concessões realizadas por alguns países diante das pressões tarifárias norte-americanas evidenciam uma distribuição ainda assimétrica de poder e uma grande capacidade de coerção das potências.

Nesse contexto, a diplomacia presidencial surge como um instrumento capaz de ampliar a capacidade de interação entre os Estados em um ambiente internacional cada vez mais complexo e fragmentado. Ela não atua substituindo os canais diplomáticos tradicionais, mas como um mecanismo complementar de coordenação política, permitindo uma interlocução direta entre as lideranças nacionais e facilitando a gestão de temas sensíveis de forma simultânea. O encontro entre Lula e Trump evidenciou que a habilidade de construir confiança

e preservar canais de diálogo tornou-se um ativo estratégico tão importante quanto os recursos materiais tradicionalmente associados ao poder estatal.

A estratégia adotada por Lula ilustra essa lógica. Diferentemente de outros governos, o presidente brasileiro apostou na construção de uma relação pessoal de confiança com Donald Trump, buscando reduzir tensões e criar condições políticas mais favoráveis para negociações futuras. Essa postura, apesar de não eliminar as assimetrias existentes entre Brasil e Estados Unidos, demonstra como países em desenvolvimento podem ampliar sua margem de manobra diplomática por meio da interação política, da diversificação de parceiros e da valorização de sua autonomia decisória.

Os resultados mais relevantes do encontro não advém das decisões concretas que poderiam ter sido tomadas após o encontro, mas sim da preservação de um canal de comunicação direta entre os dois governos, mantendo uma longa tradição brasileira de preservar, acima das diferenças políticas, sociais e culturais, um bom relacionamento com Washington. Ao priorizar o diálogo ao invés do confronto, Lula utilizou a diplomacia presidencial como instrumento de contenção de crises e de administração de divergências bilaterais, reforçando a capacidade do Brasil de defender seus interesses sem renunciar à cooperação com um de seus principais parceiros do hemisfério.

No entanto, é importante ter em vista que conter e solucionar não são sinônimos. O presidente Trump já demonstrou, em diversas ocasiões, um padrão de comportamento marcado pela imprevisibilidade, reformulando compromissos anteriormente assumidos à medida que surgem novas conjunturas políticas nacionais e internacionais. Ademais, como discutido anteriormente, as mudanças no sistema internacional estão resultando no enfraquecimento gradual da hegemonia dos Estados Unidos. Embora esse contexto possa abrir oportunidades para que o Brasil amplie sua projeção e representatividade internacional, ele também tem sido utilizado pelos norte-americanos para justificar medidas mais intervencionistas e uma política externa mais agressiva. Exemplos recentes incluem o retorno da imposição de tarifas comerciais de 25% em produtos brasileiros, além da decisão de classificar o PCC e o CV como organizações terroristas que ameaçam a segurança nacional dos Estados Unidos. Essas medidas foram anunciadas no final do mês de maio, logo após o encontro presidencial na Casa Branca.

É, dessa forma, fundamental que a diplomacia presidencial adotada por Lula durante a reunião não se limite a um episódio isolado. Em uma ordem mundial multiplex, a constância da diplomacia presidencial poderá ser o diferencial que protegerá o Brasil de possíveis pressões econômicas e políticas provenientes dos Estados Unidos. Ao contribuir para a manutenção de

uma rede diversificada de parceiros internacionais, Lula poderá fortalecer a posição internacional do país e ampliar os canais de cooperação e apoio à política externa brasileira. Assim, o Brasil tende a reduzir sua vulnerabilidade a eventuais medidas coercitivas ou intervencionistas adotadas pela política externa do “Corolário Trump”.

Portanto, o caso analisado sugere que, em uma ordem internacional simultaneamente multiplex e hierárquica, a influência dos Estados Unidos depende cada vez mais de sua capacidade de interação, negociação e construção de consensos com múltiplos atores. Nesse sentido, a diplomacia presidencial praticada por Lula revela-se não apenas como uma ferramenta de política externa, mas também um mecanismo relevante de ampliação do poder de barganha e negociação do Brasil no cenário internacional.

Referências Bibliográficas

ACHARYA, Amitav; ESTEVADEORDAL, Antoni; GOODMAN, Louis W. Multipolar or multiplex? Interaction capacity, global cooperation, and world order. *International Affairs*, v. 99, n. 6, p. 2344, nov. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Lula e Trump orientam ministros a resolverem tarifas em 30 dias. Agência Brasil, Brasília, 7 maio 2026. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-05/lula-e-trump-orientam-ministros-resolverem-tarifas-em-30-dias>> Acesso em: 21 maio 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Reunião entre Lula e Trump foi marcada por respeito mútuo, diz Durigan. Brasília, 12 maio 2026. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-05/lula-e-trump-orientam-ministros-resolverem-tarifas-em-30-dias>> Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <planalto.gov.br> Acesso em: 20 maio 2026.

BRAZIL REPORTS. Brazil’s Lula meets Trump at the White House. *Brazil Reports*, São Paulo, 8 maio 2026. Disponível em: <<https://brazilreports.com/brazils-lula-meets-trumpda-at-the-white-house/7322/>> Acesso em: 21 maio 2026.

DAMASCENA, Bruno. Quais países já fecharam acordos tarifários com Trump?. *CNN Brasil*, São Paulo, 28 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/quais-paises-ja->

fecharam-acordos-tarifarios-com-trump/?utm_source=chatgpt.com#goog_rewarded> Acesso em: 20 maio 2026.

DANESE, Sérgio. Diplomacia Presidencial: história e crítica. 2ª edição. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2017.

MARTINS, Raphael. Trump assina decreto que impõe tarifa de 50% ao Brasil, mas com várias exceções. G1, São Paulo, 30 jul. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/30/trump-assina-decreto-que-impoe-tarifa-de-50percent-ao-brasil.ghtml>> Acesso em: 20 maio 2026.

PODER360. Leia a íntegra do discurso de Lula no encontro com Trump. Poder360, Brasília, 8 maio 2026. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-governo/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-no-encontro-com-trump/>> Acesso em: 2 de junho 2026.

PRETO, Alessandra Falcão. O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação da política externa. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

1. O Processo de Seleção

Em 2026, a Organização das Nações Unidas conduz o processo de seleção de seu décimo Secretário-Geral, que assumirá o cargo em janeiro de 2027 para um mandato de cinco anos. A sucessão do atual Secretário-Geral, António Guterres, ocorre em um momento de excepcional fragilidade institucional, haja vista que a organização enfrenta uma crise de liquidez sem precedentes, processos de reforma em curso e crescente paralisia decisória no Conselho de Segurança. Nesse contexto, a escolha do próximo titular da principal autoridade administrativa e diplomática da ONU transcende a dimensão burocrática, tornando-se um termômetro da condição do multilateralismo contemporâneo.

O fundamento jurídico para a eleição do Secretário-Geral reside no Artigo 97 da Carta da ONU e na Regra 141 das Regras de Procedimento da Assembleia Geral da ONU, que preveem a nomeação pela Assembleia mediante recomendação do Conselho de Segurança. O rito permanece em constante evolução e, nos primeiros 70 anos, a decisão era pautada pela falta de transparência e pleno domínio dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (P5).

Esse paradigma foi transformado pela Resolução 69/321 (2015), que institucionalizou os princípios de transparência e inclusividade no processo seletivo. O novo formato introduziu mecanismos fundamentais, como a publicização da lista de candidatos, a exigência de divulgação de currículos e declarações de visão, adoção de um Código de Ética e a realização de diálogos interativos (“interactive dialogues”) abertos com os Estados-membros, além de passar a encorajar ativamente a paridade de gênero e o equilíbrio geográfico na composição do campo concorrente.

Uma década depois, a Resolução 79/327 (2025) aprofundou esse arcabouço, ao instituir o dever de transparência sobre o financiamento de campanhas e a obrigatoriedade de afastamento de funções na ONU durante a candidatura. A medida também consolidou a Presidência da Assembleia Geral como instância de cogestão do processo, embora o poder decisório final continue centralizado no Conselho de Segurança.

O histórico de votação, no entanto, nunca foi tranquilo. Na seleção de 1950, a Guerra da Coreia polarizou a seleção, de modo que não conseguiram encontrar um consenso entre o ocidente e o

bloco comunista, senão estender por 3 anos o mandato de Trygve Lie, por meio da Assembleia Geral, sem recomendação do Conselho de Segurança, algo quase impensável na atualidade.

Em 1981, a seleção entrou em colapso, uma vez que a China vetou o incumbente Kurt Waldheim 16 vezes em sua candidatura a um terceiro mandato, enquanto os EUA bloquearam sistematicamente Salim Ahmed Salim da Tanzânia. Após seis semanas e 16 rodadas de votação, o Conselho recorreu a um candidato surpresa que nem havia sequer feito campanha, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, tornando-se o primeiro latino-americano a ocupar o cargo. Foi também nesse momento que os “straw polls” foram inventados para evitar encruzilhadas.

Por sua vez, em 1996, os Estados Unidos da América vetaram a recondução de Boutros Boutros-Ghali por 14 votos a 1, tornando-o o único Secretário-Geral da história a ser negado um segundo mandato. A seleção subsequente entrou em novo impasse: a França vetou todos os candidatos anglófonos, e os EUA e Reino Unido vetaram todos os candidatos francófonos, até que a França retirou seu veto e Kofi Annan de Gana foi selecionado.

O processo atual teve início no último trimestre de 2025, conforme estipulado pelo parágrafo 42(a) da Resolução 79/327, mediante carta conjunta dos presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança endereçada a todos os Estados-membros. O documento descreve as modalidades do processo em sua integralidade e convoca os governos a apresentarem formalmente suas candidaturas, acompanhadas das respectivas justificativas.

Em seguida, os Estados-Membros procedem às nomeações em um prazo flexível que se estende de novembro de 2025 até 1º de abril de 2026. Os candidatos são então convocados, nos dias 21 e 22 de abril, a responder a questionamentos de Estados-Membros da ONU e de representantes da sociedade civil nos chamados "Diálogos Interativos", transmitidos oficialmente ao vivo da Sala do Conselho de Tutela.

Neste ciclo, foram indicados os seguintes candidatos:

Michelle Bachelet Jeria (Chile), em carta conjunta subscrita pela República Federativa do Brasil, pelos Estados Unidos Mexicanos e pela República do Chile, esta última, contudo, retirou posteriormente seu apoio;

Rafael Mariano Grossi (Argentina), nomeado pela República Argentina;

Rebeca Grynspan Mayufis (Costa Rica), indicada pela República da Costa Rica;

Macky Sall (Senegal), escolhido pela República do Burundi;

María Fernanda Espinosa Garcés (Equador), indicada por Antígua e Barbuda; e

Virginia Silvia Isabel Gamba (Argentina), apontada pela República das Maldivas, cuja nomeação foi retirada em 25 de março de 2026.

Posteriormente, no final de julho, o Conselho de Segurança deverá encaminhar sua recomendação à Assembleia Geral para votação no final de 2026, de modo que haja a formalização da escolha por quórum de maioria simples. Como condição para que ocorra a seleção, é preciso obter, igualmente, maioria simples do Conselho de Segurança, sem veto de qualquer membro permanente, mas, por hora, resta aguardar o desdobramento do processo.

2. Candidaturas

Ainda que não exista norma oficial de rodízio regional, há um entendimento tácito de que caberia à América Latina assumir o posto, entendimento que ganha força diante do fato de que quatro das cinco candidaturas válidas pertencem à região. A distribuição geográfica, entretanto, não nivela as chances, visto que o campo está longe de ser homogêneo em termos de apoio político e de aceitabilidade junto aos membros permanentes do Conselho de Segurança.

Paralelamente à variável regional, opera uma pressão crescente pela escolha de uma mulher pela primeira vez em 80 anos de existência da organização. Essa simbologia converge com a demanda substantiva a de um perfil capaz de transitar entre os múltiplos polos de poder do sistema internacional sem ser percebido como alinhado a nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

Por conseguinte, inexistente um consenso entre os membros do Conselho, cujas divergências se manifestam precisamente nas visões de mundo e nos currículos dos candidatos, aspectos que serão analisados individualmente a seguir.

2.1. Verónica Michelle Bachelet Jeria.

Michelle Bachelet Jeria, nascida em 29 de setembro de 1951 em Santiago, Chile, tem formação acadêmica que abrange medicina pela Universidade do Chile e pela Universidade Humboldt de Berlim, além de pós-graduação em estratégia militar pelo Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, combinação incomum que reflete uma trajetória forjada entre diversas áreas do conhecimento. Politicamente ativa desde a juventude, foi integrante da Juventude Socialista durante o governo de Salvador Allende e filiou-se ao Partido Socialista do Chile, ao qual permanece vinculada.

No plano institucional, acumulou uma série de ineditismos. A título de exemplo, chefiou o Ministério da Saúde (2000–2002) e tornou-se a primeira mulher a exercer o cargo de Ministra da Defesa na América Latina (2002–2004). Foi presidente do Chile por dois mandatos não consecutivos (2006–2010 e 2014–2018), período no qual consolidou sua reputação internacional pelo combate à desigualdade e pela defesa dos direitos humanos e de gênero. No âmbito multilateral, exerceu a Diretoria Executiva da ONU Mulheres (2010–2013) e, posteriormente, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2018–2022).

Em sua carta de princípios, Bachelet propõe reforçar a capacidade de ação da ONU a partir de um eixo central, qual seja a reconstrução da confiança na organização por meio de uma liderança capaz de equilibrar interesses divergentes e sustentar o diálogo como condição estrutural para a paz, plataforma que converge diretamente com os dois principais argumentos de sua candidatura: a demanda por uma liderança latino-americana e a pressão histórica pela primeira mulher no cargo.

A candidata é indicada conjuntamente por Brasil, México e Chile, este último, contudo, retirou seu apoio em março de 2026, em razão do desalinhamento entre a trajetória da ex-presidente e as convicções do novo governo de José Antonio Kast, empossado em 11 de março daquele ano.

2.2. Rebeca Grynspan Mayufis

Rebeca Grynspan Mayufis nasceu em San José, Costa Rica, em 1955. Graduiu-se em Economia pela Universidade da Costa Rica, obteve o mestrado na mesma área pela Universidade de Sussex e recebeu o título de Doutora "Honoris Causa" pelas Universidades de Extremadura, Salamanca e Europea de Madrid.

Nomeada por seu país natal à posição, acumula uma trajetória que transita entre os planos nacional e multilateral. No âmbito doméstico, exerceu os cargos de Vice-Presidente da Costa Rica na gestão de José María Figueres Olsen (1994–1998), além de Ministra da Habitação, Ministra Coordenadora dos Assuntos Econômicos e Sociais e Vice-Ministra das Finanças.

Ingressou no Sistema ONU no início dos anos 2000, onde permanece até a atualidade. Foi membro do Painel de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento convocado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan em 2001 e Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Administradora Adjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 2006 e 2010. Entre 2014 e 2021, atuou como Secretária-Geral da Conferência Ibero-Americana,

eleita por unanimidade em Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores realizada no México, com a presença de representantes dos 22 países que integram a Conferência. A pedido do Secretário-Geral António Guterres, retornou ao corpo diretivo/administrativo da ONU em junho de 2021 para assumir a Secretaria-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), tornando-se a primeira mulher a liderar a organização em seus 60 anos de história.

2.3. Rafael Mariano Grossi

Nascido em 29 de janeiro de 1961, apoiado pela República Argentina, Rafael Mariano Grossi é um diplomata com mais de 40 anos de carreira especializado em não proliferação nuclear, desarmamento e segurança internacional. É doutor em Relações Internacionais, História Internacional e Política pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e de Desenvolvimento da Universidade de Genebra, onde também obteve o mestrado. Iniciou o percurso acadêmico na Pontifícia Universidade Católica da Argentina e na Academia Diplomática da Argentina.

Ingressou no Ministério das Relações Exteriores da Argentina em 1985 e, ao longo de sua carreira, exerceu funções de destaque no serviço exterior argentino: foi Diretor-Geral de Coordenação Política da Chancelaria argentina (2007–2010) e, entre 2013 e 2019, Embaixador da Argentina na Áustria e representante permanente junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e demais organizações internacionais sediadas em Viena. Nesse período, presidiu o Grupo de Fornecedores Nucleares (2014–2016) e a Conferência Diplomática da Convenção sobre Segurança Nuclear (2015), onde obteve aprovação unânime para a Declaração de Viena sobre Segurança Nuclear.

No âmbito multilateral, foi Chefe de Gabinete da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), em Haia (2002–2007), e Diretor-Geral Adjunto para Política e Chefe de Gabinete da AIEA (2010–2013). Em dezembro de 2019, foi eleito por unanimidade Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, cargo para o qual foi reeleito unanimemente em 2024. À frente da agência, conduziu negociações em contextos de alta tensão, incluindo a supervisão das instalações nucleares ucranianas durante o conflito com a Rússia, consolidando seu perfil de mediador imparcial em crises internacionais.

2.4. Macky Sall

Macky Sall nasceu em 11 de dezembro de 1961 em Fatick, Senegal. É engenheiro geólogo e geofísico formado pela Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, com especialização no Instituto Francês do Petróleo, na França.

Sua trajetória no serviço público senegalês abrange quatro décadas. Sob o governo de Abdoulaye Wade, exerceu sucessivamente as pastas de Minas, Energia e Água, Interior e Governo Local, e Primeiro-Ministro (2004–2007), antes de tornar-se Presidente da Assembleia Nacional (2007–2008). Após romper com Wade, fundou seu próprio partido, a Aliança para a República (APR), e foi eleito prefeito de Fatick em 2009. Em 2012, venceu a eleição presidencial com mais de 65% dos votos no segundo turno, sendo reeleito em 2019 com 58%. No plano multilateral, presidiu a CEDEAO (2015–2016), o Comitê de Orientação do NEPAD (2013–2019) e a União Africana (2022–2023).

Sua candidatura à Secretaria-Geral da ONU foi apresentada pelo Burundi em 2 de março de 2026, sem o respaldo de Senegal. A tentativa do Burundi de obter o endosso coletivo da União Africana por meio do procedimento de silêncio, que concedia apenas 24 horas para objeções, foi bloqueada quando cerca de 20 Estados-membros romperam o silêncio antes do prazo. Ruanda descreveu a manobra como uma "grave violação do procedimento", e a Nigéria argumentou formalmente que a África deveria abster-se de concorrer ao cargo, por ser a vez da América Latina e do Caribe segundo o princípio da rotação continental. Apesar disso, sua candidatura se mantém, haja vista que os Estados-membros permanecem livres para votar nele individualmente.

2.5. María Fernanda Espinosa Garcés

Cidadã da República do Equador, María Fernanda Espinosa Garcés nasceu em 7 de setembro de 1964 em Salamanca, Espanha. Realizou sua licenciatura em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Equador, pós-graduação em Antropologia e Ciência Política e mestrado em Ciências Sociais e Estudos Amazônicos pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Ecuador). Ainda que não tenha concluído a tese de doutorado em Geografia na Universidade de Rutgers, possui o grau de Doutora em Letras Humanas "honoris causa" pela The New School University (2025). Antes de ingressar no serviço público, coordenou o Programa de Estudos Socioambientais da FLACSO-Ecuador, atuou como Diretora Regional para a América do Sul na União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e é autora de mais de 50 publicações sobre a Amazônia, desenvolvimento sustentável e governança global.

Com uma sólida carreira como acadêmica, diplomata, política, poetisa e linguista, Espinosa acumula experiência tanto na administração pública quanto na pesquisa científica e nas instâncias da ONU. No plano nacional equatoriano, exerceu os cargos de Ministra das Relações Exteriores em dois mandatos, atuando como mediadora nas negociações entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN); Ministra da Defesa Nacional; e Ministra Coordenadora do Patrimônio Natural e Cultural. No âmbito multilateral, foi a primeira representante permanente do Equador junto à ONU em Nova York (2008) e em Genebra. Entre 2018 e 2019, foi eleita Presidente da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tornando-se a quarta mulher e a primeira da América Latina e do Caribe a presidir o órgão.

Sua candidatura foi formalizada em 11 de maio de 2026 por carta do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, Gaston Browne, transmitida ao Presidente da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho de Segurança. Em sua declaração de visão, Espinosa propõe uma ONU orientada por resultados concretos, estruturada em cinco pilares: (a) prevenção de conflitos e ação antecipada; (b) desenvolvimento com apropriação nacional; (c) transformação digital e energética; (d) reforma institucional para fechar o déficit de entrega; (e) reconstrução da credibilidade financeira da organização.

2.6. Virginia Silvia Isabel Gamba

Virginia Silvia Isabel Gamba, nascida em 13 de abril de 1954 na Argentina, é graduada em Estudos Hispânicos e Latino-Americanos pela Universidade de Newcastle upon Tyne, com Diploma em Filologia pela Universidade de Salamanca, e mestra em Estudos Estratégicos pelo University College of Wales, Aberystwyth.

Sua trajetória profissional abrange mais de quatro décadas entre academia, organizações internacionais e serviço público. Foi professora sênior de Estudos de Segurança Latino-Americana no King's College de Londres, Diretora do Programa de Desarmamento e Resolução de Conflitos do UNIDIR em Genebra (1993–1996) e ocupou cargos de liderança no Instituto de Estudos de Segurança da África do Sul e na Fundação MacArthur nos Estados Unidos. No âmbito das Nações Unidas, atuou como Diretora do Escritório de Assuntos de Desarmamento (2012–2015), chefiou o Mecanismo Conjunto OPAQ-ONU de Investigação sobre o uso de armas químicas na Síria (2015–2017) e exerceu o cargo de Subsecretária-Geral como Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (2017–2025), sob cuja liderança uma média de 14.000 crianças foram resgatadas de zonas de conflito por ano.

Sua candidatura foi formalizada pelas Maldivas em 11 de março de 2026, por carta do Embaixador Ali Naseer Mohamed da República das Maldivas, mas foi retirada em 25 de março de 2026, tornando-a a única candidatura formalmente encerrada neste ciclo seletivo.

3. Dinâmica política do Conselho de Segurança e P5.

A sucessão de António Guterres ocorre em um ambiente internacional marcado por uma contradição estrutural: quanto mais se ampliam as exigências públicas por transparência, representatividade e legitimidade democrática no processo de escolha do Secretário-Geral, mais evidente se torna a centralidade política dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Formalmente, a seleção tornou-se mais aberta desde as reformas iniciadas em 2015, com a publicação de currículos, declarações de visão, divulgações de financiamento de campanha e diálogos interativos com Estados-membros e sociedade civil. Substantivamente, porém, a nomeação continua dependente da recomendação do Conselho de Segurança e, portanto, da ausência de veto por Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido.

Nesse sentido, a opinião internacional sobre a seleção do décimo Secretário-Geral não pode ser entendida como uma posição homogênea da comunidade internacional. Ao contrário, ela se organiza em camadas: há, de um lado, a pressão de Estados-membros, organizações da sociedade civil e centros de pesquisa por um processo mais aberto, com maior protagonismo da Assembleia Geral; de outro, há a prática diplomática reservada do Conselho de Segurança, na qual a aceitabilidade política de cada candidato tende a pesar tanto quanto sua trajetória formal.

A escolha do próximo Secretário-Geral, funcionará como uma espécie de indicador do estado atual do multilateralismo. Revelará se a ONU será capaz de converter seus avanços procedimentais em legitimidade política ou se continuará reproduzindo uma lógica decisória concentrada no pós-1945

O peso do P5 deve ser compreendido não apenas como poder de veto, mas também como capacidade de condicionar a futura administração da ONU. A literatura especializada observa que, historicamente, membros permanentes buscam preservar influência sobre departamentos estratégicos do Secretariado, como operações de paz, assuntos políticos, assuntos humanitários, desenvolvimento econômico e contraterrorismo. Essa prática não significa que o Secretário-Geral seja mero executor das preferências das potências, mas demonstra que a disputa pelo cargo envolve também a definição de espaços burocráticos, prioridades temáticas e margens de autonomia institucional. Em outras palavras, o candidato considerado “viável” não

é necessariamente aquele que reúne maior entusiasmo público, mas aquele que consegue atravessar simultaneamente as preferências, receios e linhas vermelhas dos cinco membros permanentes.

3.1 Perspectiva dos Estados Unidos americana

A posição dos Estados Unidos tende a ser uma das variáveis mais sensíveis da disputa. Em 2026, Washington combina duas preocupações: a pressão por reforma e contenção de custos no sistema ONU e a resistência a agendas percebidas como excessivamente progressistas, especialmente em direitos humanos, diversidade e gênero. Análises recentes registram que setores republicanos já se mobilizaram contra a candidatura de Michelle Bachelet, em razão de sua trajetória como Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e de suas posições associadas a direitos sociais e igualdade de gênero.

Essa oposição não equivale necessariamente a um veto formal, mas indica que candidaturas fortemente identificadas com a agenda de direitos humanos podem enfrentar maior resistência em Washington, sobretudo em um contexto de disputa sobre financiamento, reforma administrativa e autoridade normativa da ONU.

3.2. Perspectivas da China e da Rússia

China e Rússia, por sua vez, tendem a avaliar a sucessão a partir de critérios ligados à soberania, não ingerência, previsibilidade institucional e resistência à politização seletiva dos direitos humanos. Ambas têm interesse em um Secretário-Geral que não amplifique pressões ocidentais sobre temas sensíveis, como conflitos territoriais, sanções, tecnologia, direitos civis e *accountability* internacional.

Isso não significa que Pequim e Moscou rejeitem automaticamente candidaturas oriundas do Sul Global ou candidatas mulheres. Significa, antes, que gênero, origem regional ou currículo multilateral não são suficientes para assegurar aceitabilidade se o perfil for percebido como hostil às suas concepções de ordem internacional.

A preferência desses países tende a recair sobre candidatos capazes de preservar canais de diálogo, evitar confrontos públicos desnecessários e manter a ONU como espaço de negociação interestatal, e não como plataforma de constrangimento normativo das grandes potências.

No caso de Michelle Bachelet, a posição chinesa tende a ser de oposição declarada. Entre 2018 e 2022, como Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Bachelet visitou a região de Xinjiang e, ao final de seu mandato, supervisionou a publicação de relatório que apontou graves violações de direitos humanos contra a minoria uigur e outras comunidades de maioria muçulmana, incluindo a operação dos chamados Centros de Educação e Formação Profissional, eufemismo oficial para campos de detenção em massa documentados pela ONU.

O documento concluiu que as detenções arbitrárias em larga escala poderiam ser consideradas crimes contra a humanidade, avaliação rejeitada publicamente por Pequim, que negou qualquer violação de direitos e classificou as instalações como centros legítimos de desradicalização.

Bachelet ainda negou ter recebido pressão direta do governo chinês para não publicar o relatório, mas reconheceu que países enviaram cartas tanto pedindo quanto opondo-se à divulgação do documento, o que ilustra o grau de sensibilidade política do tema.

Diante desse histórico, analistas consideram elevada a probabilidade de que a China exerça seu poder de veto contra sua candidatura, compreendendo-a como uma ameaça direta à narrativa soberanista que Pequim defende no Conselho de Segurança.

3.3. Perspectivas da França e do Reino Unido

França e Reino Unido costumam projetar uma posição mais favorável ao fortalecimento do multilateralismo liberal, à transparência processual e à manutenção de uma ONU ativa em temas de paz, desenvolvimento e direitos humanos. Contudo, a diferença discursiva não elimina a convergência estrutural com os demais membros permanentes quanto à preservação de prerrogativas no Conselho de Segurança. Reportagem da PassBlue sobre as negociações da Resolução 79/327 indica que, apesar de divergências em várias agendas globais, os P5 atuaram de modo relativamente coeso para limitar propostas que poderiam ampliar o papel da Assembleia Geral, como votos consultivos, participação mais robusta da sociedade civil e envio de múltiplos nomes à Assembleia.

Assim, mesmo os membros permanentes mais favoráveis à transparência tendem a defendê-la dentro de limites que não reduzam sua capacidade de controle sobre o resultado final.

Essa ambiguidade fica clara quando se observa o papel da Assembleia Geral. Desde 2016, os diálogos interativos ampliaram a visibilidade pública dos candidatos e deram aos demais Estados-membros a oportunidade de questionar suas prioridades.

Ainda assim, a Assembleia continua, na prática, sem capacidade de impor um nome ao Conselho. Sua influência é indireta: pode construir legitimidade em torno de determinados princípios, como rotação regional, paridade de gênero e integridade do processo, mas não substitui a necessidade de consenso mínimo entre os membros permanentes. Por isso, a legitimidade internacional de uma candidatura depende de dois movimentos simultâneos: a capacidade de mobilizar apoio amplo entre Estados e sociedade civil e a habilidade de não despertar veto entre as grandes potências.

4. Dimensão regional

4.1 América Latina e expectativa de rotação

No campo latino-americano, a candidatura de Michelle Bachelet expressa uma combinação poderosa de simbolismo regional, experiência executiva e trajetória em direitos humanos. O apoio de Brasil e México reforça a leitura de que a América Latina e o Caribe reivindicam a vez regional na sucessão, especialmente porque o último Secretário-Geral oriundo da região foi Javier Pérez de Cuéllar, cujo mandato terminou em 1991.

Entretanto, a retirada do apoio chileno introduziu uma vulnerabilidade política relevante, uma vez que nenhum Secretário-Geral foi eleito sem respaldo de seu próprio governo, ainda que não exista regra formal que impeça a manutenção da candidatura com apoio de outros Estados. Bachelet aparece, portanto, como uma candidatura de alta densidade normativa, mas também de maior exposição política.

Rebeca Grynspan, indicada pela Costa Rica, ocupa um espaço distinto. Sua candidatura combina experiência econômica, desenvolvimento, comércio internacional e atuação prolongada no sistema ONU, inclusive como Secretária-Geral da UNCTAD.

Ao contrário de Bachelet, cuja trajetória em direitos humanos pode acionar resistências ideológicas mais explícitas, Grynspan apresenta um perfil potencialmente mais tecnocrático e voltado à agenda de desenvolvimento, o que pode ser interpretado como vantagem em um contexto de crise financeira da ONU e de necessidade de reconstrução de confiança entre Norte

e Sul. Para a Costa Rica, a candidatura também reafirma uma tradição diplomática associada ao multilateralismo, ao direito internacional e à solução pacífica de controvérsias.

Rafael Grossi, por sua vez, representa a aposta argentina em um perfil de segurança internacional, não proliferação nuclear e diplomacia técnica. Sua trajetória à frente da Agência Internacional de Energia Atômica, especialmente em cenários de alta tensão como a guerra na Ucrânia, confere-lhe credenciais de gestor de crises e negociador em ambientes politicamente sensíveis. Para setores que veem a ONU prioritariamente como arena de administração de riscos estratégicos, Grossi pode aparecer como candidato pragmático e menos associado a agendas identitárias ou de reforma normativa. Ao mesmo tempo, sua candidatura masculina relativiza a pressão por paridade de gênero e pode enfrentar resistência de atores que entendem que 2026 representa uma oportunidade histórica para romper o padrão masculino na liderança da organização.

A entrada de María Fernanda Espinosa, indicada por Antígua e Barbuda, acrescenta uma dimensão caribenha e socioambiental à disputa. Ex-presidente da Assembleia Geral, ex-ministra das Relações Exteriores do Equador e figura associada a temas de biodiversidade, Amazônia e reforma institucional, Espinosa dialoga diretamente com agendas caras ao Sul Global e aos pequenos Estados insulares, como clima, desenvolvimento sustentável e governança democrática da ONU. Seu desafio, contudo, está no tempo político da campanha: por ter sido formalizada em maio de 2026, sua candidatura precisa construir rapidamente visibilidade, coalizões e aceitabilidade perante o Conselho.

4.2 Caso Macky Sall e divisão africana

A candidatura de Macky Sall, indicada pelo Burundi, revela outro aspecto da opinião internacional: a ausência de unidade regional pode reduzir a força diplomática de uma candidatura. Embora Sall tenha experiência presidencial e tenha presidido a União Africana, sua candidatura não obteve respaldo continental; pelo contrário, enfrentou objeções de Estados africanos que defenderam a prevalência da rotação latino-americana e caribenha neste ciclo.

A controvérsia expõe uma tensão recorrente no multilateralismo: a representação regional pode fortalecer uma candidatura quando há consenso, mas pode também fragilizá-la quando o próprio grupo regional se mostra dividido.

5. Dimensão de gênero

A dimensão de gênero ocupa lugar central na seleção do décimo Secretário-Geral porque evidencia uma contradição histórica da ONU: a organização que consagrou em sua Carta o princípio da igualdade entre homens e mulheres nunca teve uma mulher em seu cargo máximo. Em oito décadas, os nove Secretários-Gerais foram homens, e, entre 48 candidaturas oficialmente registradas desde 1945, apenas oito foram mulheres. A sucessão de 2026, portanto, ocorre sob forte pressão simbólica e política para que a ONU demonstre coerência entre os valores que promove internacionalmente e a composição de sua própria liderança.

5.1 Ausência histórica de mulheres

A questão, contudo, não deve ser reduzida à representação simbólica. É evidente que a eleição de uma mulher teria um valor histórico, sobretudo em uma organização cuja legitimidade depende da capacidade de falar em nome dos “povos das Nações Unidas”. Mas a demanda por uma Secretária-Geral mulher também se apoia em argumentos institucionais. Estudos e relatórios recentes sobre governança multilateral sustentam que diversidade em posições de liderança amplia repertórios de decisão, reduz riscos de pensamento homogêneo e melhora a capacidade de organizações complexas responderem à crises simultâneas

Em um momento no qual a ONU enfrenta guerras prolongadas, crise humanitária, emergência climática, déficit de financiamento e contestação normativa, a discussão sobre gênero deve ser compreendida como parte de uma agenda mais ampla de renovação institucional.

5.2 Reformas recentes e limites políticos

As reformas procedimentais recentes reconhecem essa demanda, ainda que de modo limitado. A Resolução 79/327 lamenta que nenhuma mulher tenha ocupado o cargo de Secretário-Geral e encoraja os Estados-membros a considerarem candidaturas femininas.

O Pacto para o Futuro e iniciativas de organizações como 1 for 8 Billion, GWL Voices e GQUAL também contribuíram para ampliar a pressão por uma escolha que reflita paridade e representatividade. Ademais, o rastreamento realizado por 1 for 8 Billion, em parceria com a Global Network of Women Peacebuilders e a Universidade de Nova Iorque, busca mapear a posição dos Estados quanto à eleição de uma mulher, distinguindo diferentes graus de

compromisso político. Esses movimentos indicam que a paridade deixou de ser uma reivindicação periférica e passou a integrar o debate sobre legitimidade do processo, ainda que de forma retórica.

Nada obstante, a força normativa da pauta de gênero convive com limites políticos claros. O cargo continua dependente da recomendação do Conselho de Segurança, de modo que nenhuma candidatura feminina avançará se for considerada inaceitável por algum dos membros permanentes.

Essa restrição é particularmente importante porque a agenda de gênero se tornou objeto de disputas ideológicas mais amplas. Em diversos fóruns internacionais, observa-se uma reação conservadora contra direitos das mulheres, políticas de diversidade, igualdade e inclusão, e a própria linguagem de gênero. Nesse contexto, uma candidata que coloque o feminismo ou os direitos humanos no centro de sua campanha pode conquistar apoio expressivo entre Estados e sociedade civil, mas também aumentar sua exposição a vetos ou resistências no Conselho.

5.3 Mulheres latino-americanas e a disputa atual

A dimensão de gênero também se conecta à questão regional. Em 2026, a pressão por uma mulher converge com a expectativa de rotação informal em favor da América Latina e do Caribe. Essa convergência fortalece candidaturas como Bachelet, Grynspan e Espinosa, pois permite articular duas demandas históricas: a recomposição da presença latino-americana na liderança da ONU e a superação do monopólio masculino do cargo. Ao mesmo tempo, essa convergência pode gerar competição entre candidatas da mesma região, dispersando apoios e dificultando a formação de um consenso precoce em torno de um nome.

Por isso, o principal desafio político não é apenas encontrar uma mulher qualificada, mas construir uma coalizão suficientemente ampla para que sua candidatura sobreviva ao crivo do Conselho. A experiência de 2016 demonstra que a existência de candidatas altamente qualificadas não garante a eleição se o processo permanecer dominado por cálculos de poder dos membros permanentes. A diferença em 2026 é que a pressão pública é mais explícita, as candidaturas femininas latino-americanas são mais numerosas e o debate sobre legitimidade institucional está mais diretamente ligado à crise do multilateralismo. A pergunta central, portanto, não é se há mulheres preparadas para exercer o cargo, mas se os Estados-membros (em especial o P5) estão dispostos a permitir que a ONU seja liderada por uma delas.

A escolha do décimo Secretário-Geral será, nesse sentido, um teste de coerência institucional. Caso uma mulher seja eleita, o fato terá significado histórico, mas seu impacto dependerá da autonomia política, da agenda e da capacidade de mediação que ela conseguir exercer diante das grandes potências. Caso o cargo permaneça ocupado por um homem, a ONU terá de explicar por que, após oito décadas, ainda não conseguiu traduzir em sua própria liderança o princípio de igualdade que reivindica como fundamento normativo.

Em ambos os casos, a dimensão de gênero permanecerá como uma das chaves interpretativas mais importantes da sucessão, pois revela não apenas quem poderá liderar a organização, mas quais limites o sistema multilateral ainda impõe à representação e à transformação de suas estruturas de poder.

Considerações finais

Em um período em que o ceticismo corrói os pilares do direito internacional e a desconfiança sobre a funcionalidade das instituições multilaterais se aprofunda, a escolha do próximo Secretário-Geral adquire dimensão que vai além da gestão administrativa. O cargo está no centro de debates sobre déficit fiscal, reforma normativa e capacidade de resposta da ONU a crises simultâneas. A gravidade desse contexto se mostra evidente quando António Guterres alertou os Estados-membros, em janeiro de 2026, para o risco de "colapso financeiro iminente" da organização, em razão de contribuições não pagas e de regras orçamentárias disfuncionais. O décimo Secretário-Geral, portanto, não herdará apenas o cargo, mas uma organização em disputa sobre sua própria viabilidade.

Diante desse quadro, a seleção de 2026 pode seguir dois caminhos principais. O primeiro seria a convergência relativamente rápida em torno de um nome considerado aceitável pelos P5, o que reforçaria a imagem de estabilidade institucional, ainda que com pouca democratização substantiva. O segundo seria um impasse entre candidaturas com apoios distintos, abrindo espaço para vetos cruzados e eventual emergência de um candidato de compromisso, ou "dark horse", como ocorreu em 1981 com Javier Pérez de Cuéllar.

Sob a luz da dinâmica atual, o segundo cenário parece mais provável do que a narrativa de convergência sugere. A candidatura de Bachelet acumula resistências simultâneas em Washington, em razão de sua trajetória em direitos humanos, e em Pequim, em razão do relatório sobre Xinjiang. Grossi, por sua vez, carrega o peso simbólico de ter sido apresentado pelo governo Milei num momento em que a Argentina ocupa, na política regional, posição

oposta ao eixo Brasil-México. Gynspan apresenta o perfil potencialmente mais transversal, mas ainda não demonstrou ter construído uma coalizão com densidade suficiente para resistir ao crivo do Conselho. Espinosa, por ter formalizado sua candidatura em maio de 2026, dispõe de prazo político diminuto para conquistar aceitabilidade junto aos membros permanentes antes do início das straw polls.

A análise das candidaturas revela, ainda, que a fragmentação não é apenas geopolítica, mas também ideológica. De um lado, perfis associados a agendas de direitos humanos, paridade de gênero e reforma normativa, de outro, perfis que apostam na tecnocracia, na previsibilidade e na gestão de riscos estratégicos como atributos de governabilidade da ONU. Essa separação expressa o fato de que a organização se tornou território de disputa entre visões de ordem mundial incompatíveis.

A dimensão regional acrescenta outra camada de complexidade. A expectativa de rotação informal em favor da América Latina e do Caribe, que confere coesão aparente ao campo, encobre fraturas regionais evidentes na: (a) retirada do apoio chileno a Bachelet após a chegada de Kast ao poder, (b) candidatura argentina de Grossi formalizada pelo governo Milei em campo oposto à candidatura de Bachelet, e (c) a divisão africana em torno de Macky Sall.

Para o Brasil, o engajamento com a candidatura de Bachelet expressa uma escolha estratégica de reposicionar o país como ator propositivo no multilateralismo, mas coloca o Itamaraty numa posição vulnerável caso a candidatura não sobreviva ao Conselho, visto que o capital diplomático investido na articulação de uma candidatura latino-americana feminina poderá ser mobilizado tanto como evidência de protagonismo quanto como demonstração dos limites da influência brasileira em fóruns multilaterais, em um ano em que a política externa compõe, também, o campo de disputa eleitoral doméstica, observado em outras matérias deste boletim.

Paralelamente, a dimensão de gênero atravessa e condiciona todas as demais. Em 2026, pela primeira vez na história da organização, a maioria das candidaturas válidas é composta por mulheres, e a pressão normativa pela escolha de uma Secretária-Geral alcançou visibilidade pública sem precedentes. Mas a força dessa pressão convive com uma restrição estrutural demonstrada acima. Por certo, o cargo depende da recomendação do Conselho, e nenhuma candidatura feminina avançará se for considerada inaceitável por algum dos membros permanentes, circunstância que pode levar ao paradoxo de 2026 ser o campo mais representativo em termos de gênero da história da organização, mas resultar na escolha de um homem, não por ausência de candidatas qualificadas, mas por uma retórica encoberta de resistências políticas.

A seleção condensa, em um único processo, as tensões estruturais que atravessam o multilateralismo contemporâneo. O percurso analisado ao longo deste trabalho revela três eixos indissociáveis: a distância entre os avanços procedimentais conquistados desde 2015 e o poder decisório ainda concentrado no Conselho de Segurança; a fragmentação da opinião internacional em torno de perfis que refletem visões de mundo divergentes sobre soberania, direitos humanos e reforma institucional; e a persistência de uma lacuna histórica de representação de gênero no cargo mais alto da organização, que em 2026 se torna ponto de convergência entre demanda simbólica e argumento institucional. O resultado do processo não resolverá essas tensões, mas as tornará legíveis, revelando em que medida a ONU é capaz de alinhar seus princípios fundadores à composição de sua própria liderança.

Referências bibliográficas

1 FOR 8 BILLION. Tracking UN Member State support for a feminist woman Secretary-General. 1 for 8 Billion, 2026. Disponível em: <<https://1for8billion.org/tracking-state-support-for-a-woman-sg>>. Acesso em: 22 maio 2026.

AGÊNCIA EFE. Bachelet nega pressão de autoridades chinesas sobre relatório de Xinjiang. Gazeta do Povo, 20 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/bachelet-nega-pressao-de-autoridades-chinesas-sobre-relatorio-de-xinjiang/>>. Acesso em: 7 jun. 2026.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA). Rafael Mariano Grossi. Disponível em: <<https://www.iaea.org/about/rafael-mariano-grossi/biography>>. Acesso em: 20 maio 2026.

BANJO, Damilola. The P-5 Tighten Their Grip Over Selection of the Next UN Boss. PassBlue, 16 set. 2025. Disponível em: <<https://passblue.com/2025/09/16/the-p-5-tighten-their-grip-over-selection-of-the-next-un-boss/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

BARRETT, George. Position of U.N. Chief Aide Is Thrust Into Uncertainty; Council Tells Assembly of Failure to Agree on a Secretary General. The New York Times, Nova Iorque, 13 out. 1950. P. 1. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1950/10/13/archives/position-of-un-chief-aide-is-thrust-into-uncertainty-council-tells.html>>. Acesso em: 18 maio 2026.

CANDIDATES and speculation. 1 for 8 Billion. Disponível em: <<https://1for8billion.org/candidates-and-speculation>>. Acesso em: 19 maio 2026.

CENTER ON INTERNATIONAL COOPERATION. Selecting the Next UN Secretary-General: The Ultimate Test for Multilateralism. New York University, 2026. Disponível em:

<<https://cic.nyu.edu/resources/selecting-the-next-un-secretary-general-the-ultimate-test-for-multilateralism/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

CHEN, Eugene. Predictions for the Secretary-General selection process. Casque Bleu, 18 dez. 2025. Disponível em: <<https://casquebleu.substack.com/p/predictions-for-the-secretary-general>>. Acesso em: 18 maio 2026.

COMITÊ NORUEGUÊS DO NOBEL. Rafael Mariano Grossi. Nobel Peace Prize. Disponível em: <<https://www.nobelpeaceprize.org/nukes-how-to-counter-the-threat-1/rafael-mariano-grossi>>. Acesso em: 20 maio 2026.

DEVEX. US Republican lawmakers ask Rubio to block Michelle Bachelet's UN bid. Devex, 2026. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/us-republican-lawmakers-ask-rubio-to-block-michelle-bachelet-s-un-bid-112200>>. Acesso em: 22 maio 2026.

DOMENA, Adwoa. África continua dividida quanto à candidatura de Macky Sall à ONU. Deutsche Welle. 20 abr. 2026. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/áfrica-continua-dividida-quanto-à-candidatura-de-macky-sall-à-onu/a-76857115>>. Acesso em: 20 maio 2026.

DONALDSON, Ben. The ultimate guide for the upcoming UN Secretary-General race. PassBlue, 18 nov. 2025. Disponível em: <<https://passblue.com/2025/11/18/the-ultimate-guide-for-the-upcoming-un-secretary-general-race/>>. Acesso em: 14 maio 2026

EQUIPE LATINOAMERICANA. Bachelet, Michelle - Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Sites.usp.br. Santiago, 1951. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-bachelet-michelle>>. Acesso em: 19 maio 2026.

FARGE, Emma. Secretário-geral da ONU alerta para "colapso financeiro iminente" da entidade. CNN Brasil, 30 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chefe-da-onu-alerta-para-colapso-financeiro-iminente-da-organizacao/>>. Acesso em: 7 jun. 2026

GQUAL CAMPAIGN. The IPU Promotes Gender Equality in Global Leadership, Calling for the First Woman UN Secretary-General. GQUAL Campaign, 2025. Disponível em: <<https://gqualcampaign.org/the-ipu-promotes-gender-equality-in-global-leadership-calling-for-the-first-woman-un-secretary-general/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

GRYNSPAN REBECA. Secretaria Geral Ibero-Americana. Disponível em: <<https://segib.org/pt/o-que-e-a-ibero-america/quem-somos/secretarios-ibero-americanos/rebeca-grynspar/>>. Acesso em: 20 maio 2026.

HAMILTON, Thomas. U.N. COUNCIL MEETS TODAY ON LIE TERM; U.S. Takes Lead in Proposing 2 or 3 Year Extension but Soviet Stand Is Unknown. The New York Times, Nova Iorque, 9 out. 1950. P. 1. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1950/10/09/archives/un-council-meets-today-on-lie-term-us-takes-lead-in-proposing-2-or.html>>. Acesso em: 18 maio 2026.

IN hindsight: the search for the next Secretary-General. Security Council Report. Nova Iorque, 1 maio 2026. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2026-05/in-hindsight-the-search-for-the-next-secretary-general.php>>. Acesso em: 14 maio 2026.

MALCORRA, Susana; YUSUF, Nudhara. In the Race for U.N. Secretary-General, Might a Woman Finally Lead? Just Security, 2026. Disponível em: <<https://www.justsecurity.org/133319/un-secretary-general-candidates-women/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

MANCINI, Francesco. Vetoes, zombie candidates, and the lowest common denominator: selecting the UN Secretary-General. IPI Global Observatory, 5 out. 2016. Disponível em: <<https://theglobalobservatory.org/2016/10/united-nations-secretary-general-straw-poll-antonio-guterres/>>. Acesso em: 18 maio 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Michelle Bachelet. OHCHR. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/about-us/high-commissioner/michelle-bachelet>>. Acesso em: 22 maio 2026.

ONU NEWS. Relatório sobre a China cita "graves violações de direitos humanos" em Xinjiang. ONU News, 1 set. 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1799872>>. Acesso em: 7 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Revitalization of the work of the General Assembly. Resolução n.º A/RES/69/321. Nova Iorque: ONU, 11 set. 2015. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/69/321>>. Acesso em: 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Revitalization of the work of the General Assembly. Resolução n.º A/RES/79/327. Nova Iorque: ONU, 5 set. 2025. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/79/327>>. Acesso em: 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Rules of procedure of the General Assembly: general provisions. Nova Iorque: ONU, 1983 (A/520/Rev.17). Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/ropga/ropga_elect.shtml>. Acesso em: 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. São Francisco, 26 jun. 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro Regional de Informações para a Europa Ocidental (UNRIC). Começam as apresentações formais dos candidatos a secretário-geral na ONU. Nações Unidas – ONU Portugal, 29 abril. 2026. Disponível em: <<https://unric.org/pt/comecam-as-apresentacoes-formais-dos-candidatos-a-secretario-geral-na-onu/>>. Acesso em: 12 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Rebeca Grynspar. Disponível em: <<https://unctad.org/speaker/rebeca-grynspar>>. Acesso em: 20 maio 2026.

PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. María Fernanda Espinosa Garcés. Disponível em: <<https://www.sp-amazon.org/br/maria-fernanda-espinosa-garces>>. Acesso em: 21 maio 2026.

QURESHI, Arshi. Madam SG: Can the UN Finally Smash Its Glass Ceiling? PassBlue, 7 out. 2025. Disponível em: <<https://passblue.com/2025/10/07/madam-sg-can-the-un-finally-smash-its-glass-ceiling/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

SAFRAN-HON, Daniel. The 2026 Secretary-General Race: Too Many Candidacies without Political Backing. IPI Global Observatory, 2026. Disponível em: <<https://theglobalobservatory.org/2026/04/2026-unsg-race-too-many-candidacies-without-political-backing/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

SAFRAN-HON, Daniel. Will it be the shortest Secretary-General race in UN history, or the longest? IPI Global Observatory, 27 abril. 2026. Disponível em: <<https://theglobalobservatory.org/2026/04/shortest-or-longest-secretary-general-race-in-un-history/>>. Acesso em: 18 maio 2026.

SAFRAN-HON, Daniel. The Next Secretary-General’s First Decision: Who Runs the 38th Floor? IPI Global Observatory, 1 maio 2026. Disponível em: <<https://theglobalobservatory.org/2026/05/the-next-secretary-generals-first-decision-who-runs-the-38th-floor/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

SENEGAL. Presidência da República. Macky Sall. Disponível em: <<https://www.presidence.sn/en/presidence/macky-sall>>. Acesso em: 20 maio 2026.

SNYDER, Rebecca; CRAWFORD, Nicole. The United Nations Is in Its Eightieth Year. Will Women Lead It? Stimson Center, 2025. Disponível em: <<https://www.stimson.org/2025/the-united-nations-is-in-its-eightieth-year-will-women-lead-it/>>. Acesso em: 22 maio 2026.

TORTELLA, Tiago. Quem é Michelle Bachelet, candidata a secretária-geral da ONU?. CNN Brasil, 2 fev. 2026. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-michelle-bachelet/>>. Acesso em: 19 maio 2026.

UN NEWS. Gender, geography and powerbroking in play in race for next UN chief. UN News, 29 abr. 2026. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2026/04/1167323>>. Acesso em: 22 maio 2026.

U.N. still in deadlock on Secretary General . The New York Times, Nova Iorque, 5 nov. 1981. Section A, p. 10. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1981/11/05/world/un-still-in-deadlock-on-secretary-general.html>>. Acesso em: 18 maio 2026.

Contexto geopolítico

Em um cenário global marcado pela crescente interdependência econômica, culminado com disputas complexas, o Acordo MERCOSUL-União Europeia emerge como um dos mais significativos marcos de integração entre blocos nas últimas décadas, cujas repercussões ultrapassam significativamente os limites do comércio e da economia. Sua recente entrada em vigor, inserida em um contexto de crescente fragmentação da ordem internacional, interpreta-se como uma estratégia de reposicionamento geopolítico de ambos os blocos. No que tange à busca por cooperação internacional plena, o MERCOSUL celebrou no dia 26 de março de 2026, 35 anos de existência. Estando entre os tópicos mais debatidos nos últimos meses nas mídias nacionais, cabe mencionar os princípios formadores da integração regional, além de debater academicamente os impactos, os desafios e as ambições do bloco.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) consiste em um programa de integração regional entre a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Brasil, estabelecido através do Tratado de Assunção, em 1991. Embora atualmente conte com demais países associados, seu objetivo permanece invariável: a criação de um espaço comum que promova oportunidades comerciais e de investimento, por meio da integração competitiva entre as economias.

Representando uma parcela significativa da América do Sul, o MERCOSUL exerce influência relevante na conjuntura transnacional. Diante disso, acordos comerciais, políticos e de cooperação firmados pelo bloco possuem impacto em diferentes regiões do mundo, ampliando fluxos econômicos, políticos, além de estratégicos entre distintas regiões. Sob essa ótica, a conexão de cadeias produtivas, por exemplo, adquire caráter internacional. Em consonância com o conteúdo analítico reiterado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), observa-se a importância do volume de comércio exterior, advindo de investimentos estrangeiros. Nesse viés, o Ministério apresenta, a título exemplificativo, acordos estabelecidos com o Suriname, União Aduaneira da África Austral (SACU), Peru, Panamá, Palestina, México, Israel, Índia, Egito, ademais do mais recente Acordo de Associação, com a União Europeia.

O acordo como um marco estratégico

Uma conquista histórica firmada em janeiro do ano de 2026 fortalece as relações tanto comerciais, quanto políticas. Reafirmando o compromisso com a cooperação internacional, os Estados Parte do MERCOSUL estabeleceram um marco responsável por promover o intercâmbio de bens e serviços, bem como benefício econômico. Em síntese, o marco estratégico engloba o acesso preferencial à União Europeia. Esta, que conta com um mercado de 450 milhões de pessoas e cerca de 15% do PIB mundial, assevera eliminar tarifas para 92% das exportações do MERCOSUL. Por conseguinte, o acesso ao mercado europeu se amplia, fortalecendo a competitividade interempresarial.

Em um escopo mais amplo, ultrapassando a dimensão comercial e empresarial, faz-se de suma importância a análise geopolítica simbolizada pelo marco. Nesse ínterim, o acordo simboliza um reposicionamento estratégico do bloco MERCOSUL, interpretado à luz de um sistema internacional multipolarizado. Dessa forma, a conjuntura estratégica se pauta em um mercado de 450 milhões de pessoas, reiterando não apenas a relevância global, como também o compromisso com a cooperação internacional. Em suma, o recém firmado tratado transcende a liberação comercial, adentrando no mérito de representar uma ferramenta de estabilidade e influência política, proposição que se projeta aos Estados partes.

Impactos econômicos e geopolíticos

As negociações internacionais culminaram na publicação do Decreto Legislativo nº 14, em 17 de março de 2026. Após notificação à Comissão Europeia, organismo executivo da União Europeia, o Acordo Provisório de Comércio entrou em vigor no dia 1º de maio de 2026. A consequência direta da vigência do Acordo tende a gerar impactos econômicos significativos. Com isso, as pessoas físicas e jurídicas brasileiras contarão com maior diversidade de produtos europeus no mercado. O favorecimento no investimento é intrínseco à redução de tarifas em conjunto com eliminação de barreiras, corroborando o aumento da previsibilidade regulatória.

Na conjuntura do Brasil, menciona-se que, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a União Europeia já corresponde por cerca de 14% do comércio exterior. A expectativa, portanto, recai no aumento exponencial de fluxo, difundindo-se em setores manufaturados, além de energéticos. Faz-se evidente, assim, a tentativa de revitalização de

mecanismos cooperativos, contrapondo a tendência pautada na fragmentação da governança global.

Além dos impactos econômicos imediatos supramencionados, a tratativa birregional fornece uma perspectiva reflexiva no que tange à inserção internacional sul-americana. Menciona-se, nesse sentido, o aumento de investimentos recíprocos na configuração de um polo econômico dinâmico. O empenho em enfrentar as transformações políticas, fortalecendo a competitividade internacional, reverbera na participação brasileira em cadeias produtivas estratégicas, majoritariamente em setores industriais. Nesse contexto, a consolidação de investimentos estrangeiros, em termos empresariais, nota-se intrinsecamente relacionada com a previsibilidade regulatória.

Destarte, a influência normativa europeia projeta-se sobre o mercado latino-americano e, por extensão, sobre o mercado brasileiro. Nesse viés, a principal problemática refere-se à discrepância regulatória, até então, adotada por Estados membros do MERCOSUL. As áreas de maior afetação são representadas pelo setor comercial, de investimentos, de compras governamentais, ademais de requisitos pautados no desenvolvimento sustentável. Para a avaliação íntegra, mostra-se imprescindível o domínio dos principais protocolos firmados pelo bloco regional, sendo esses o Protocolo de Montevideo, Protocolo sobre Cooperação e Facilitação de Investimentos, Protocolo de Compras Governamentais e, por fim, a lacuna normativa de regulamentação específica sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Em primeiro plano, o principal aspecto formal vislumbrado no Protocolo de Montevideo adentra a cláusula de nação mais favorecida. Logo, a consequência prática do Acordo MERCOSUL e União Europeia diz respeito à possível perda de preferência em detrimento de transformações do mercado. Outrossim, é notória a discrepância entre compromissos previamente assumidos, visando regras de proteção aos investimentos, visto que o acordo faz jus ao direito de estabelecimento. Em termos mais precisos, os compromissos firmados por cada país estendem-se aos demais Estados membros. Analogamente, tal assertiva possui evidente aplicação em caráter de compras governamentais.

Por outro lado, o acordo ultrapassa questões meramente referentes a relações de comércio, incluindo temáticas, até então, não contempladas pelas tratativas. A saber, o instrumento de cooperação prevê expressamente um capítulo dedicado à regulamentação de matérias ambientais, climáticas e laborais. Em aplicação concreta, tal aspecto baliza o cumprimento de políticas públicas, de maneira que os compromissos multilaterais firmados possam ser

devidamente observados. Faz-se claro, então, que a difusão de parâmetros regulatórios possui capacidade de influenciar para além das práticas empresariais, modulando políticas internas.

Resta inegável a projeção dos aspectos supracitados diretamente na atuação diplomática brasileira, bem como em sua autonomia regional. Assumindo o protagonismo das demandas, o Estado brasileiro se apresenta no plano principal. Conquanto, ao mesmo tempo em que as oportunidades se ampliam, as fragilidades são expostas de maneira concomitante. Logo, o enfoque na postura diplomática tende a ser estabelecido em prol do avanço do crescimento econômico, embora envolva tensões relacionadas à dificuldade de integração, à assimetria normativa previamente mencionada, bem como à vulnerabilidade industrial devida à competição comercial. Evidentemente, a consequência lógica das óbices recalca a alteração da autonomia regional, atualmente submetida a leis europeias.

Os limites do denominado “Efeito Bruxelas”.

As regulamentações estabelecidas pela União Europeia reiteram, de forma cíclica, a irradiação do denominado “Efeito Bruxelas” em países latino-americanos. Definida como uma difusão de facto, é evidente que a propensão regular da União Europeia mostra-se ancorada sobre a prerrogativa de seu protagonismo. Apesar de que a dinâmica já houvesse sido manifestada, ainda que indiretamente, sobre o Brasil, o Acordo difunde expressamente as próprias regulamentações europeias. A difusão regulatória deixa de ser de facto e torna-se, portanto, de jure, em que compete ao Estado brasileiro avaliar quanto à conveniência. Contudo, a dinâmica evidencia a postura assimétrica entre os blocos econômicos, considerando que a capacidade normativa europeia constantemente se sobrepõe às estruturas institucionais estabelecidas. Com isso, a análise casuística deve se pautar nos limites de tal prática, sob risco de condicionamentos excessivamente onerosos.

Não obstante, análises recorrentes têm evidenciado a necessidade de tempo, adaptação, além da imprescindibilidade de proporcionar segurança jurídica, mediante correta compreensão do novo marco fiscal brasileiro. Dessa maneira, o processo de integração ultrapassa uma visão otimista da abertura econômica, exigindo uma análise abrangente acerca de seus impactos estruturais. Em termos práticos, parte das preocupações decorre da possibilidade de redução da produção rural europeia, em razão da ampliação de competitividade de produtos inéditos no mercado internacional, circunstância que tende a intensificar tensões comerciais e pressões regulatórias entre os blocos. Nesse viés, a apreensão no âmbito político é evidenciada mediante inúmeras manifestações populares no decorrer de 2026. Lembra-se, portanto, a conjuntura

de janeiro de 2026, onde a FNSEA, um dos maiores sindicatos agrícolas da França, se opôs à aprovação do Acordo por intermédio de protestos. O principal argumento relacionava-se à importação de produtos estrangeiros não submetidos à exigência normativa francesa, em contraste com os produtos nacionais sujeitos a padrões regulatórios mais rigorosos.

Com isso, a circunstância demonstra que a ampliação do comércio internacional, por si só, não assegura desenvolvimento econômico efetivo. Em economias marcadas por desigualdades estruturais, a liberalização comercial pode produzir benefícios assimétricos caso não esteja acompanhada de fortalecimento industrial, inovação tecnológica e agregação de valor às cadeias produtivas nacionais. Assim, a efetividade do Acordo faz-se, inerentemente, relacionada com a capacidade dos Estados, especialmente dos países do MERCOSUL, de converter abertura econômica em competitividade estratégica.

Nesses termos, da mesma maneira que o mercado europeu impõe requisitos para o usufruto de benefícios tarifários, cabe ao Estado brasileiro estabelecer mecanismos rigorosos de fiscalização relacionados à exploração florestal, à proteção ambiental e ao setor agropecuário. Analogamente, o fluxo regulatório mencionado evidencia tensões referentes à percepção do mercado brasileiro em face da União Europeia, sobretudo diante da possibilidade de utilização de pautas ambientais como mecanismos indiretos de proteção econômica, além de limitação concorrencial.

Em decorrência dos últimos acontecimentos, é notório o fortalecimento da cooperação internacional, tendência que se consolida não apenas entre blocos econômicos, mas também no âmbito global. Contudo, embora o cenário indique perspectivas favoráveis, é fundamental reconhecer os desafios estruturais ainda presentes. Em uma ordem internacional progressivamente interdependente, a integração regional e a diversificação de parcerias estratégicas passam a constituir instrumentos de resiliência econômica, diplomática, além de regulatória. Sob essa perspectiva, o aprofundamento das relações entre MERCOSUL e União Europeia insere-se em uma dinâmica ampla de reposicionamento geopolítico, sustentado no fortalecimento da capacidade negociadora dos Estados envolvidos.

A influência da ordem mundial “Multiplex”

Em última análise, em decorrência da dinâmica multipolar, os efeitos do marco de integração adentram na ótica da Ordem Mundial denominada “Multiplex”. O conceito estabelece que, hodiernamente, o cenário global apresenta-se com fluidez, materializada por alianças pragmáticas. O direcionamento, até então constatado, demonstrava que os países latino-americanos se viravam para países asiáticos, como China, Japão e Singapura, escolhendo esses em prejuízo das relações com o bloco europeu. Essa perspectiva, evidentemente, se altera na medida que o compromisso comercial entre os blocos entra em vigor.

Quando se observa a atuação asiática nos últimos anos, faz-se clara a presença de fortes investimentos chineses na América Latina. Portanto, a estreita relação entre mercados europeus e sul-americanos estabelece uma reconfiguração geopolítica, preponderantemente em áreas energéticas, de agricultura, ademais de infraestrutura. Dessa forma, o Acordo adquire um viés de contribuição para a diversificação de parcerias econômicas brasileiras, reduzindo parcialmente a concentração de determinados fluxos comerciais e de investimento nas economias do Leste Asiático.

No âmbito diplomático, entretanto, faz-se clara a incógnita a ser presenciada na abordagem prospectiva. O aspecto inequívoco dessa conjuntura é evidente no redirecionamento massivo de fluxos comerciais e de investimento, refletindo em aspectos como na batalha automotiva, nas regulações relativas à exportação de commodities, bem como na triangulação de investimentos.

Em uma primeira análise, a batalha automotiva é colocada em pauta anteriormente à aprovação do Acordo propriamente dito. Tendo como base a investigação contra subsídios estatais ilegais injetados em marcas como BYD e Geely, no ano de 2024, a Comissão Europeia aprovou formalmente a aplicação de tarifas alfandegárias severas sobre veículos elétricos produzidos na China. Respalda no princípio da concorrência desleal, atualmente a Comissão requer uma análise criteriosa para o estabelecimento de um preço mínimo de tributação. Ante o exposto, o setor automobilístico brasileiro tende a ser fortemente impactado pela perspectiva adotada pela Comissão Europeia.

Por outro lado, cabe mencionar a análise quanto à diversificação da exportação de commodities produzidos em solo brasileiro. Nessa conjuntura, cabe ressaltar a visão do bloco da União Europeia quanto à estrita submissão ao princípio do desenvolvimento sustentável. Ancorada pela Lei Antidesmatamento da União Europeia, formalmente reconhecida através do Regulamento 2023/1115 do Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. O

estabelecimento de regras rigorosas, visando à comercialização de produtos associados a práticas de desmatamento, proíbe a importação de produtos de soja, carne bovina, bem como madeira, pelo bloco econômico europeu. Nessa mesma abordagem, no âmbito do direito interno, o Governo Federal instituiu o Programa Selo Verde Brasil, por meio do Decreto 12.063/2024, com o objetivo de estimular a qualidade dos produtos brasileiros, aumentando a sustentabilidade em suas cadeias produtivas. A expectativa, então, condiz com o aumento da competitividade dos produtos no exterior. Em termos concretos, a adoção das políticas mencionadas dita o abastecimento sustentável nos mercados europeus, enquanto os produtos sem rastreamento estrito seguem direcionados à Ásia, região que perde exclusividade.

A partir dessa dinâmica, a competição internacional transcende a lógica comercial e ambiental, alcançando disputas estratégicas voltadas à captação de investimentos em infraestrutura. Diante disso, a ordem geopolítica estimula os blocos econômicos a buscar maior autonomia estratégica, momento em que há acirramento de tensões geopolíticas. Pautada na aproximação inter-regional, a União Europeia tende a pressupor o fortalecimento da América Latina como um espaço estratégico objetivando a atração de investimentos estrangeiros em infraestrutura logística, consolidando um ambiente de concorrência. Cria-se, diante disso, uma dinâmica internacional trilateral de investimentos, onde o MERCOSUL, ao submeter-se ao Acordo com a União Europeia, equilibra a dependência comercial proveniente de sua relação com a China.

A despeito do potencial demonstrado pelo Acordo MERCOSUL-União Europeia para promover significativa reconfiguração de dinâmicas econômicas, comerciais, além de geopolíticas, seus desdobramentos restam indeterminados. Tal circunstância decorre, sobretudo, da contemporaneidade de sua vigência, e, conseqüentemente, da inexistência de elementos empíricos suficientes aptos a concretizar os efeitos prospectivos. Diante do exposto, cabe reiterar a constante análise acerca do potencial de inserção estratégica do bloco MERCOSUL na economia internacional. Aguarda-se, assim, que a implementação progressiva da cooperação entre os blocos possibilite a consolidação de dinâmicas de fortalecimento institucional, sem prejuízo das incertezas inerentes à conjuntura geopolítica internacional contemporânea.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Agricultores franceses fazem novo protesto contra acordo Mercosul-UE. Brasília, 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Entrada em vigor do acordo provisório de comércio Mercosul–União Europeia. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Acordos comerciais. Brasília, DF: Governo Federal, [2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/acordos-comerciais>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Governo Federal institui Programa Selo Verde Brasil para normalizar e certificar produtos e serviços de origem sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic>. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Celebração dos 35 anos do Mercosul. Brasília, DF, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mre>. Acesso em: 29 mar. 2026.

EUROPEAN COMMISSION. Value Added Tax (VAT). Brussels: European Commission, [s.d.]. Disponível em: <https://taxation-customs.ec.europa.eu>. Acesso em: 24 maio 2026.

GARCÍA DE NOVALES. Brasil hacia un IVA moderno. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://garciadenovales.es/blog/brasil-hacia-un-iva-moderno/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

LEAL, Alan. BIF522. 2024. p. 33-35. Disponível em: <https://alanleal-econ.com>. Acesso em: 23 maio 2026.

MADURO, Luciano; VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polônia. Acordo Mercosul-União Europeia: impactos normativos/regulatórios no Mercosul. In: ROZEMBERG, Ricardo (org.). 2020. DOI: <https://doi.org/10.18235/0002612>. Acesso em: 23 maio 2026.

MERCOSUL. Comunicado conjunto sobre a assinatura do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia. Assunção, 17 jan. 2026. Disponível em: <https://www.mercosur.int>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MERCOSUL. O que é o Mercosul. Montevideu, [2026]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/sobre-o-mercopol-o-que-e-o-mercopol>. Acesso em: 29 mar. 2026.

PIANA, Federico. Mercosul, o olhar da Ásia e dos EUA sobre um acordo que mudará os mercados. Vatican News, Cidade do Vaticano, 19 jan. 2026. Disponível em: <https://www.vaticannews.va>. Acesso em: 24 maio 2026.

RÁDIO USP. Mercosul e União Europeia iniciam acordo de livre comércio após décadas de negociação. Jornal da USP, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://jornal.usp.br>. Acesso em: 23 maio 2026.

SELLESLAGHS, J. The EU and Latin America. In: The Changing Nature of EU–Latin America Interregional Relations. 2019. p. 609-626.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023, relativo à disponibilização no mercado da União e à exportação da União de determinadas mercadorias e produtos associados à desflorestação e à degradação florestal.



Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu>. Acesso em: 24 maio 2026.

À primeira vista, os temas desta edição parecem pertencer a universos distintos. Um encontro entre chefes de Estado, a escolha do próximo Secretário-Geral das Nações Unidas e as negociações entre Mercosul e União Europeia poderiam ser interpretados como episódios independentes, cada um inserido em sua própria agenda política. Observados em conjunto, porém, eles revelam uma dinâmica comum: a crescente importância da capacidade de interação em um sistema internacional cada vez mais complexo.

O que está em disputa não é apenas quem possui mais recursos, mais influência econômica ou maior capacidade militar. Cada vez mais, importa quem consegue construir pontes, articular interesses divergentes e produzir legitimidade em ambientes marcados pela pluralidade de atores e agendas.

No caso do encontro entre Lula e Trump, a questão central não foi a assinatura de grandes acordos, mas a preservação de canais de diálogo em um contexto de tensões comerciais e divergências políticas. A diplomacia presidencial aparece como instrumento de gestão da interdependência, demonstrando que influência também pode ser construída por meio da negociação e da capacidade de coordenação.

Na disputa pela sucessão de António Guterres, observa-se um fenômeno semelhante. Embora a ONU tenha avançado em transparência, inclusão e participação, a escolha de seu principal dirigente continua condicionada ao equilíbrio entre legitimidade política e interesses das grandes potências. A seleção do próximo Secretário-Geral torna-se, assim, um teste para a capacidade das instituições multilaterais de se adaptarem a uma ordem internacional mais plural sem perder sua efetividade.

Já as negociações entre Mercosul e União Europeia mostram que acordos econômicos deixaram de tratar apenas de tarifas e comércio. Questões ambientais, regulatórias, estratégicas e geopolíticas passaram a integrar o mesmo processo decisório. O comércio internacional continua sendo um espaço de cooperação, mas também de disputa sobre modelos de desenvolvimento, padrões normativos e projeção de poder.

O que os três textos sugerem é que a política internacional contemporânea não pode mais ser compreendida apenas pela lógica tradicional da hierarquia entre grandes potências. O poder continua relevante, mas sua expressão tornou-se mais difusa. A influência depende cada vez

mais da capacidade de conectar atores, coordenar interesses e navegar por múltiplos espaços de negociação simultaneamente.

Talvez essa seja uma das principais características da ordem internacional atual: um mundo em que a autoridade é mais contestada, a cooperação é mais complexa e a legitimidade se tornou tão importante quanto o poder material.